

1 **03ª Ata da Reunião Ordinária do CMS** – Aos quinze dias do mês de fevereiro de dois mil e  
2 vinte dois, às dezoito horas e quinze minutos, na sala de reuniões, situada à Rua: Balduino  
3 Taques, 445, Centro, e via on-line através da plataforma Skype, presentes os Conselheiros  
4 Titulares: Robson Xavier da Silva, Francismara Cristiane Orso de Araújo, Regina Rosa Pedrozo  
5 Rosa, José dos Passos Neto, Ana Ligia Bragueto, Rosedete Rossetim Pinto, Cleverson  
6 Deocleciano de Toledo, Jefferson Leandro Gomes Palhão, Isabela Sens Fadel Gobbo, Ana  
7 Caetano Pinto, Adriane do Rocio Lopes, Gizelle Aparecida Cheremeta, José Timóteo  
8 Vasconcellos Sobrinho, Maria Albertina de Miranda Soares. Conselheiros Suplentes: Thiago  
9 Bueno Silva, Maria Aparecida da Costa Silva, Simone Monçalves, Debora Lee Comassetto  
10 Machado, Carolina Moreira Justo, Juliana de Jesus Maciel. A Presidente Interina Adriane do  
11 Rocio Lopes abre à reunião às 18 horas e 30 minutos saudando todos os presentes. Faz a  
12 leitura da Pauta: **1. Leitura e Aprovação da ata: 2ª Ata da reunião ordinária e da 2ª ata**  
13 **extraordinária. 2. Relatos Gerais das Comissões. 3. Informes Gerais. 4. Ordem do dia.**  
14 **4.1. Apresentação da Programação Anual da Saúde de 2022. 4.2. Apresentação do**  
15 **Relatório das tomografias, e quanto ao recebimento do pagamento das tomografias**  
16 **realizadas pelo Hospital Bom Jesus. 4.3. Apresentação dos veículos novos recebidos**  
17 **pelelo Estado do Paraná e os veículos que vão para leilão. 1. Leitura e Aprovação da ata:**  
18 **2ª Ata da reunião ordinária e da 2ª ata extraordinária.** Aprovadas as Atas por 14 votos  
19 favoráveis. **2. Relatos Gerais das Comissões.** A Conselheira Gizelle Aparecida Cheremeta  
20 fala que Na data de 12 de janeiro de janeiro de 2022, foi solicitada, por funcionários, a  
21 presença de representantes do Conselho Municipal de Saúde na unidade acima referida, visita  
22 efetuada pelas conselheiras Adriane Lopes e Gizelle Aparecida Cheremeta. Em conversa com  
23 alguns funcionários foi-nos relatado problemas causados pela inclusão da nova equipe que  
24 atua no chamado “horário estendido”. Ocorre que funcionários que entraram para compor tal  
25 equipe, oriundos do Hospital Municipal Amadeu Puppi, trabalham em horário de escala  
26 hospitalar, alguns entrando à 12h30min. (meio dia e meia), outro às 14h30min (quatorze e  
27 trinta) outros ainda às 16h00min (dezesesseis horas), de acordo com suas respectivas jornadas,  
28 no antigo posto de trabalho. Em relato, os funcionários nos repassam quem esses funcionários  
29 ficam desde sua entrada até o seu horário de efetiva jornada, que é das 17h00min às  
30 22h00min, sem ocupação específica, ou seja, alguns ficam ociosos, outros auxiliam como  
31 podem e se solicitados, em atividades muitas vezes diferentes de suas funções, causando  
32 tumulto e desordem nos atendimentos. Os funcionários ainda nos contam que tiveram reunião  
33 com a gestão na data de 11 de janeiro de 2022, em presença do vice-prefeito, secretário de  
34 saúde, relataram os pontos e estavam esperando solução de adequações prometidas. Em  
35 conversa com um dos funcionários da equipe do horário estendido, perguntamos onde  
36 estariam os demais funcionários que batiam o ponto no horário das 14h30min, e nos foi  
37 relatado que uma estaria em sua folga de escala, e a outra não soube informar. Pedimos a  
38 presença dos funcionários da referida equipe e não fomos contempladas. Tivemos ainda o  
39 relato da ACS que nos conta que sua área de abrangência estava em desordem por estarem  
40 assumindo demanda que seria de outra unidade, portanto, fora de sua responsabilidade. Os  
41 profissionais nos relatam ainda, que estariam recebendo demanda originária de outras  
42 unidades, que encaminham pacientes por entenderem e confundirem seu atendimento com o  
43 de Pronto Atendimento. Muitos pacientes chegam de unidades diversas e até mesmo de  
44 UPAS, encaminhados por entenderem que essa unidade (Sady Macedo Silveira), por ter tido  
45 seu horário estendido estaria trabalhando em sistema de suporte para atendimentos de  
46 emergência. Os pacientes acabam tendo que retornar as suas casas e voltar posteriormente,  
47 ou ficam por horas aguardando, causando tumulto e aglomeração. Os pacientes quando  
48 chegam e são orientados que só poderão ser atendidos após as 17h00min, ficam irritados, e  
49 acabam discutindo com os profissionais, causando desacato, e até mesmo tentativas de  
50 agressão. Outro relato, que a equipe fica descoberta por profissional medica das 17h00min às  
51 18h00min, (uma hora), pois os médicos só ingressam às dezoito horas para iniciar  
52 atendimento, que alguns desses profissionais prestam serviço na UPA Santa Paula, e um vem  
53 de Curitiba. Encontramos uma equipe em exaustão pelos fatos relatados, profissionais a ponto

54 de cogitarem se desligar do serviço. Pedem providências, no sentido de regularizar o serviço. A  
55 visita resultou em pedidos de informações referente ao serviço ali prestado, na data de 13 de  
56 janeiro de 2022, bem como relatório com nomes e funções da equipe do horário estendido,  
57 porem até presente data não obtivemos retorno da Fundação de Saúde. A Conselheira Isabella  
58 Sens Del Gobbo fala sobre a Reunião da Comissão de Orçamento, Programas e Projetos  
59 08/02/2022. Data: 08/02/2022. Participantes: Renata, Isabela, Cida, Adriane, Francismara,  
60 Rosângela, Thiago, Gizelle, Regina, Inês e Ana Ligia. Convidados: Alexandra Luise Lopes,  
61 Guerony. Início: 17h30min horas. Término: 20h00min horas. Pauta: análise RAG – Relatório  
62 Anual de Gestão 2021: Giselle sugere que seja chamado um contador que conheça  
63 contabilidade pública para análise do RAG juntamente a Comissão. Isabela sugere que seja  
64 enviado a mesa para solicitação de contratação pela prefeitura, demais conselheiros de acordo  
65 será encaminhado à mesa diretora para elaboração do ofício a Fundação Municipal de Saúde.  
66 Isabela começa a apresentação do RAG: Orçamento: Isabela questiona se há dúvidas em  
67 relação aos recursos que compõem a Unidade Orçamentária. Adriane solicita que seja feito um  
68 resumo do quadro que consta na página 05 do RAG. Guerony faz as explicações referentes  
69 aos recursos. Guerony explana também o quadro das Despesas Próprias. Adriane pergunta  
70 onde estão os recursos Covid. Guerony demonstra na página 07 e coloca que todos os  
71 recursos são específicos por portarias. Guerony também elucida o que significa cada coluna  
72 orçada, empenhado, liquidado, como também o demonstrativo da despesa Simplificada com  
73 Valores de janeiro a dezembro 2021. Ana Ligia questiona em relação os recursos para saúde  
74 mental em relação a orçada e realizada. Guerony explica que receita orçada não são recursos  
75 já recebidos. E define a questão dos superávits e os diferentes recursos que são remanejados.  
76 Gisele solicita um relatório de todas as reduções e suplementações do orçamento, o qual será  
77 enviado o relatório ao Conselho Municipal de Saúde. Questionado o recurso da saúde mental  
78 manutenção CAPS I e CAPS III, Guerony irá repassar os itens específicos referente a rubrica  
79 questionada. Isabela e Gisele solicitam que seja enviado o balancete para melhor  
80 entendimento das receitas. Guerony sugere que os conselheiros venham ao setor para  
81 conhecer o sistema, como também a contadora para que demais dúvidas sejam esclarecidas.  
82 Isabela questiona a rubrica de aquisição de unidade móvel zoonoses. Guerony irá repassar os  
83 itens específicos a esta rubrica. Isabela encerra a reunião as 20 horas marcando a próxima  
84 para continuação da análise do RAG para dia 17/02/2022. A Conselheira Ana Ligia Bragueto  
85 fala que a Comissão da Saúde Mental se reuniu ao longo de duas semanas para a elaboração  
86 do Regimento e Regulamento da Conferência de Saúde Mental, na reunião do pleno foram  
87 aprovados os dois documentos, foram discutidos alguns pontos, destaca dois pontos, houve  
88 discordância por parte da Fundação Municipal de Saúde e da 3ª Regional de Saúde em relação  
89 o que estava sendo aprovado, foi colocado para votação a questão da Solicitação da carteira  
90 de comprovação da vacinação contra Covid, e a questão da alimentação no dia da  
91 Conferência, sendo aprovados esses dois pontos. Foram levados esses dois pontos pela  
92 Gerência da Saúde Mental para o COE, solicitando parecer Técnico, foi orientado pelo COE  
93 que não poderia haver alimentação no local da Conferência Municipal de Saúde, podendo  
94 fornecer apenas um lanche embalado individualmente, em relação ao pedido do Comprovante  
95 de vacinação, o COE se posicionou contra, a Gerência de Saúde Mental, solicitou para a  
96 Comissão da II Conferência Municipal de Saúde Mental de Ponta Grossa, uma retificação do  
97 Regulamento, solicitou que fosse feita uma errata para que pudessem publicar em Diário  
98 Oficial, fala que se reuniram com o Presidente (Jefferson Gomes Palhão) e a Vice-Presidente  
99 (Adriane do Rocio Lopes), onde decidiram acatar o pedido, por ter pouco tempo para poder  
100 discutir sobre o assunto e colocar isso em pauta novamente, pede para deixar registrado em  
101 ATA que os Conselheiros do CMS insistiram e lutaram para que houvesse uma alimentação  
102 adequada, e que pudesse ter o comprovante de vacinação de todos os participantes da II  
103 Conferência Municipal de Saúde Mental. O Conselheiro José dos Passos Neto fala sobre a  
104 Reunião do Comitê de Operações Emergenciais: Participo como representante do Conselho  
105 Municipal de Saúde, considerando a ata da 2ª Reunião Extraordinária do CMS realizada aos  
106 vinte e cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte. As reuniões são semanais, nas

107 quartas-feiras, a partir das 10 horas. São elaboradas atas com todos os assuntos tratados,  
108 decisões tomadas e lista de presença com assinatura dos participantes. Os membros do  
109 Comitê são representantes da Direção, Vigilância em Saúde, Coordenação de Farmácia,  
110 coordenador de APS, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, UPAs, Hospital Municipal,  
111 Laboratório, Atenção Secundária, SAMU, Zoonoses e Suprimentos. Participei da última reunião  
112 ocorrida, dia 09, quarta-feira passada onde foram apresentados os indicadores que deixo de  
113 apresentar aqui por estar desatualizados, pois encontramos no endereço eletrônico  
114 <https://fms.pontagrossa.pr.gov.br/boletim-covid/> os dados quanto ao COVID atualizados até a  
115 data de ontem. Também se discutiu os números relacionados ao Centro de Atendimento  
116 Respiratório com 577 casos na 1ª semana, 670 na 2ª, em média e nessa semana, a 3ª, com  
117 619 pacientes. Observando os dados de 4ª feira, dia 09 até ontem, a quantidade de pacientes  
118 já estava em torno de 500 a 600 pacientes, demonstrando uma queda de casos e na discussão  
119 durante a reunião considerando a queda de casos e a quantidade de testes existentes sem  
120 retorno da Secretaria de Estado quanto a entrega de maior quantidade de exames, em até 15  
121 dias poderemos ter o encerramento das atividades do Centro no Oscar Pereira. Observou-se  
122 que o Centro de Atendimento trouxe uma média de atendimento à UPA Santa Paula e a  
123 Santana mais razoáveis, com atendimento aos pacientes classificados mais rápido. Outro  
124 assunto é a realização de evento anunciado na imprensa, com grande quantidade de pessoas,  
125 e as providências a tomar quanto ao cumprimento das normas atuais para liberação de alvará,  
126 licença sanitária, aquelas voltadas a prevenção, como distanciamento, uso de máscaras,  
127 disponibilização de álcool, etc. visto que não há disposição legal federal, estadual ou municipal  
128 para se exigir apresentação de testes negativos ou certificado de vacinas para eventos  
129 fechados ou abertos. Encerrando, na sexta-feira, ocorreu reunião extraordinária para discutir a  
130 solicitação de exigência do certificado de vacinas no evento da Conferência Municipal de  
131 Saúde Mental sendo a resposta já externada anteriormente nessa reunião. **3. Informes Gerais.**  
132 O Presidente Jefferson Gomes Palhão informa que chegou pro CMS da Associação União das  
133 Mulheres dos Campos Gerais, a indicação de uma nova Conselheira, como Conselheira  
134 Suplente, ficando Rosedete como titular, e a Sonia Regina de Oliveira Mendes passa a ser a  
135 Suplente dessa Entidade. Chegou também para o CMS, vindo da 3ª Regional de Saúde, para  
136 ser feita a indicação de Conselheiro Titular e Suplente para ser feito o acompanhamento dos  
137 contratos dos hospitais (Santa Casa), se coloca a disposição como suplente a Conselheira Ana  
138 Caetano Pinto e como titular a Vice-Presidente Adriane do Rocio Lopes. **4. Ordem do dia. 4.1.**  
139 **Apresentação da Programação Anual da Saúde de 2022.** A Senhora Alexandra Louise  
140 Lopes explana a Programação Anual de Saúde de 2022, é regulamentada pela Lei  
141 Complementar nº 141 de 2012, e pela Portaria de Consolidação nº 1 de 2017, no Art. 97, a  
142 Programação Anual de Saúde, é o instrumento que operacionaliza as intenções expressas no  
143 Plano Municipal de Saúde e tem por objetivo anualizar as metas do Plano e prever a alocação  
144 dos recursos orçamentários a serem executados. A estrutura também sai da Portaria de  
145 Consolidação, que para os estados e municípios, deve conter a definição das ações do ano  
146 específico garantindo o alcance dos objetivos e cumprimentos de metas, a identificação dos  
147 indicadores que serão utilizados e monitorados e a previsão orçamentária com os recursos  
148 necessários. A Programação Anual de Saúde de 2022 tem 12 diretrizes e 52 metas, nessas  
149 diretrizes estão contempladas todas as Gerências da FMS, bem como ouvidoria, CMS e  
150 educação permanente, que não são especificamente Gerências, tendo todas as programações  
151 e metas divididas nessas diretrizes. A previsão de alocação de recursos para essa Programação  
152 Anual de Saúde de 2022 tem suas fontes específicas, e um montante de R\$245.923.663,50  
153 (duzentos e quarenta e cinco milhões, novecentos e vinte e três mil, seiscentos e sessenta e  
154 três reais e cinquenta centavos), essa provisão orçamentária já foi aprovada na LOA do  
155 município, mas só será iniciada a medida que vai acrescentando recursos, será atualizada a  
156 cada quadrimestre e no final do relatório de Gestão. **4.2. Apresentação do Relatório das**  
157 **tomografias, e quanto ao recebimento do pagamento das tomografias realizadas pelo**  
158 **Hospital Bom Jesus.** O Senhor Marcos representante do Hospital Bom Jesus fala que  
159 apresentou os relatórios quando os Conselheiros do CMS visitaram o Hospital (agosto de



2020), na época a Secretária Angela, fez o pedido ao Hospital para que pudessem cobrir as tomografias do Hospital Pronto Socorro, por ter queimado a tomografia do Hospital Pronto Socorro, as tomografias começaram a ser feitas em agosto de 2020, pelo fato do Hospital Bom Jesus ter um contrato com Estado, quando foi passado para o Estado referente às Tomografias, eles se recusaram a pagar por não estar no contrato com o Estado, não era responsabilidade do Estado, retornando a conversar com a Prefeitura Municipal, com o Secretário de Saúde, foi informado que o Hospital Bom Jesus não tinha convênio e que essas tomografias não teriam como ser pagas, o Hospital realizou cerca de 350 tomografias, a preço de SUS é aproximadamente R\$42.000,00 (quarenta e dois mil reais), desde a época é cobrado as tomografias, e até hoje não foram pagas ao Hospital Bom Jesus. Fala se teria como ver alguma possibilidade de conversar com o Secretário de Saúde e com o Estado. Fala que cobriram uma situação, prestaram um serviço, tiveram um custo, e ao preço de SUS é um preço bem baixo, e acabaram não recebendo esse valor, desde 2020. O Presidente Jefferson Gomes Palhão fala que verá como faz para fazer esse pedido, fala que na hora que foi preciso o Hospital se colocou a disposição, será visto como será feito para reembolsar o Hospital Bom Jesus. A Conselheira Gizelle Aparecida Cheremeta fala que no final do ano de 2021 ela e a Vice-Presidente Adriane do Rocio Lopes estiveram no Hospital Bom Jesus, e que já havia sido apresentado toda a Documentação em relação a essas tomografias, onde também foi enviada a documentação para o CMS, fala que não existe como dar o contraditório disso, o serviço foi prestado, se não havia um pré-contrato estabelecido, fala que se as tomografias não tivessem sido feitas, não sabe aonde os pacientes teriam feito, porque foi feito o pedido para um hospital independente de qual fosse, foi pedido, o Hospital Bom Jesus fez as tomografias e até agora não receberam o valor das tomografias, tem todo um sistema que prova que o serviço foi feito, sabe como esta atualmente o sistema de Saúde do município de Ponta Grossa (UPAs, Pronto Socorro), super lotados, se houver um problema desses novamente, como ficarão os pacientes dependentes de qualquer tipo de exame, e algum Hospital se negue a fazer por não receberem o valor estimulado, como os pacientes SUS irão ficar, pede uma atenção especial em cima disso. **4.3. Apresentação dos veículos novos recebidos pelo Estado do Paraná e os veículos que vão para leilão.** A Senhora Alexandra Louise Lopes explana os veículos novos da Atenção Primária, a Resolução da SESA 585/2021 foi onde disponibilizou a doação dos veículos para as equipes de Saúde da Família dentro do Programa da Atenção Primária, os veículos objeto desta doação, desta resolução, devem ser utilizados exclusivamente pelas equipes de Estratégia de Saúde da Família, para realizar o atendimento domiciliar em especial as pessoas idosas, pessoas com sofrimento de transtorno mental incluindo usuários de álcool e drogas, incluindo pessoas que necessitam de reabilitação pós-Covid, dentro do escopo da Atenção Primária esse veículo pode ser utilizado, para fazer a adesão a essa Resolução o município tinha que ter: o Fundo Municipal de Saúde e o Conselho de Saúde instituído em funcionamento, bem como um Plano de Saúde vigente e aprovado pelo CMS, essa resolução, foi feita a adesão dela no ano de 2021 enquanto ainda estavam com o Plano Municipal de Saúde anterior que estava aprovado, se fosse uma resolução deste ano, o município não poderia fazer a adesão desta doação de veículos, porque não tem o Plano de Saúde aprovado pelo Conselho e perderia de receber estes veículos para o município e para os serviços de Atenção Primária. No Art.9, fala que a Regional de Saúde vai monitorar a execução do objeto dessa Resolução, com o uso dos veículos com Estratégia de Saúde da Família, no período de 48 meses após a aquisição, ou a entrega. No Art.10, fala que as conduções destes veículos podem ser realizadas pelos membros das equipes, da Estratégia de Saúde da Família dos municípios, não necessitando de Servidores com o cargo de motorista para tal. Foram recebidos os 30 veículos para o município, eles estão na fase de mudança de documentação junto ao DETRAN, porque vem em nome do município e eles têm que ser transferidos para a Fundação Municipal de Saúde (FMS), tendo ainda todo esse prazo, os veículos tem uma exigência da Secretária de Estado, que faça uma cotagem conforme a identificação visual da SESA, vieram com os adesivos do Paraná em cima e nas laterais, mas esse restante da cotagem, vai ficar por conta dos municípios, os veículos ainda não podem ser utilizados, tem



213 que ser feito primeiro a cotagem, a transferência de documentação para a FMS, e realizar o  
214 seguro de todos os veículos, ai pode ser disponibilizado o uso dos veículos junto a Atenção  
215 Primária. Nesse momento tem em torno de 21,22 unidades que irão receber estes veículos, foi  
216 feito um levantamento para ver qual unidade que poderia guardar este veículo, teria uma  
217 “garagem”, um local seguro pra que o carro não ficasse na rua, para não correr riscos, neste  
218 momento somente essas unidades irá receber estes veículos. Explana o Leilão dos veículos,  
219 fala que no ano passado a Secretaria de Recursos Humanos através do departamento de  
220 patrimônio da prefeitura solicitou a todas as Secretarias veículos inservíveis para leilão, foi feito  
221 uma relação da FMS e de todas as secretarias de veículos inservíveis, através da Portaria  
222 Municipal 20836 foi criada uma Comissão, para avaliação desses veículos, para que eles  
223 pudessem ir para o leilão, foi um representante de serviços públicos, José Ricardo que é do  
224 patrimônio e o Fernando da FMS, foi feito todo esse levantamento, e uma estipulação de  
225 valores, como os veículos iriam para o leilão, foi encaminhado um projeto de lei para a câmara,  
226 solicitando autorização para a alienação dos veículos, para que eles pudessem ser vendidos e  
227 desvinculados do Patrimônio da Prefeitura, através da Lei nº 14.156, foi autorizado que esses  
228 veículos fossem alienados e vendidos. Da FMS tem na lista um total de 47 veículos, dos anos  
229 de 2003 a 2016, o valor estipulado e avaliado desses 47 veículos, saiu em torno de R\$  
230 429.500,00 reais, não que necessariamente esse seja o valor que irão receber, por ser um  
231 leilão pode ser mais ou menos. A situação atual do leilão, esta em processo de publicação de  
232 credenciamento de leiloeiro, por não poder ser feito por um profissional da Prefeitura, tem que  
233 ser feito pelo leiloeiro, o departamento de contas da Prefeitura esta fazendo um  
234 credenciamento de leiloeiros para que possa ser feito o leilão. Os recursos que possam vir  
235 deste leilão com relação aos veículos, geralmente é feito em lotes, e cada lote tem a  
236 numeração do seu veículo, esses recursos entram na conta da Prefeitura, na fonte 303, que é  
237 o recurso livre do município, é repassado pra FMS a medida que for solicitando as próximas  
238 aquisições. A reunião foi encerrada às vinte horas e vinte e um minutos.